



BOLSA CAI MAIS DE 2% EM CORREÇÃO PÓS-ELEIÇÃO; DÓLAR FECHA PERTO DA ESTABILIDADE APÓS FED MANTER JUROS

Os ativos brasileiros voltaram a registrar um dia de forte volatilidade nesta quarta-feira (28). O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, despencou 2,67%, aos 171.006 pontos, ainda pressionado pelo movimento de correção após a vitória do presidente Lula reeleito para um quarto mandato. O resultado contrariou as expectativas de parte dos investidores, que apostavam na vitória do senador Flávio Bolsonaro (PL).

O dólar oscilou ao longo do dia e fechou em leve queda de 0,03%, cotado a R\$ 5,346, com os investidores repercutindo a decisão do Fed (Federal Reserve, o

banco central americano) de manter a taxa de juros dos Estados Unidos no intervalo entre 3,75% e 4%. A decisão também influenciou o desempenho da Bolsa nesta quarta-feira.

No mercado de juros futuros, os contratos com vencimentos mais curtos fecharam perto da estabilidade, enquanto os de prazos mais longos registraram alta, após o forte avanço observado na segunda-feira (26), primeiro pregão depois do segundo turno. A taxa dos contratos com vencimento em janeiro de 2028 ficou em 14,380%, com queda de 0,01%, enquanto a de janeiro de 2035 subiu 1,33%, a 15,105%.

Gustavo Danilo, especialista em renda fixa da Manchester Investimentos, afirma que o movimento mostra que o mercado ainda tenta encontrar um novo patamar para os juros após a eleição.

"Ontem tivemos algum alívio, inclusive com atualização do Tesouro, mas hoje a curva volta a abrir principalmente do miolo para os vencimentos mais longos. A parte curta se movimenta bem menos, então a discussão neste momento parece estar muito mais ligada ao prêmio fiscal e às expectativas para os próximos anos do que a uma mudança imediata na trajetória da Selic", diz.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



CNI reduz previsão de crescimento do PIB para 1,6% em 2026

Governo Lula prioriza Orçamento e PEC da Segurança em agenda no Congresso até o fim do ano

Flávio Bolsonaro e família desembarcam em Miami após fuga do Brasil

Estados aprovam alta do ICMS sobre combustíveis e pressionam preços em 2027



Super-ricos geram mais poluição e lucram com desastres climáticos



NO MUNDO

Deputado italiano questiona modo como Flávio Bolsonaro ganhou cidadania



O deputado italiano Angelo Bonelli apresentou um pedido formal de respostas ao governo italiano sobre o modo com que o senador Flávio Bolsonaro (PL) e os irmãos obtiveram a cidadania italiana. O senador usou o passaporte italiano para entrar na Argentina, uma das etapas de sua fuga até os Estados Unidos.

Entre parlamentares de oposição ao governo de Giorgia Meloni, existe há anos a suspeita de que os filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) possam ter tido tratamento privilegiado na tramitação do pedido de reconhecimento da cidadania por descendência na Embaixada da Itália em Brasília.

O uso do passaporte italiano no roteiro de fuga de Flávio ganhou destaque na imprensa italiana, em um momento em que são debatidos os efeitos da lei que, no ano passado, restringiu o acesso à cidadania para descendentes nascidos fora do país europeu.

No documento apresentado na tarde desta quarta-feira (28), Bonelli pede explicações aos ministérios de Relações Exteriores e do Interior sobre as datas e a modalidade com que os irmãos Bolsonaro obtiveram a cidadania. Ainda não há prazo para a resposta do governo, que ocorrerá no plenário da Câmara.

Segundo informações fornecidas anteriormente pelo governo Meloni, Flávio

e Eduardo fizeram pedido para entrar na lista de espera para o reconhecimento da cidadania em Brasília em 2020. Em 2022, nove dias depois das eleições em que Jair saiu derrotado, eles estiveram na embaixada italiana para dar início à tramitação do pedido.

No ano passado, em outro pedido de respostas apresentado por Bonelli, dessa vez no âmbito da fuga da ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP), a subsecretária do Interior, Wanda Ferro, confirmou que Flávio e Eduardo obtiveram a cidadania em 2023, enquanto o documento de Carlos foi liberado em 2024. Jair Bolsonaro não tinha até aquele momento a cidadania.

Folhapress

Acidente entre trens de alta velocidade mata ao menos 64 pessoas na Espanha

Ao menos 64 pessoas morreram nesta quarta-feira (28) na colisão entre dois trens de alta velocidade na província de Toledo, na Espanha, a cerca de 150 km de Madri. O balanço foi divulgado pelas autoridades locais à imprensa, e o número de mortos pode aumentar. Cerca de 80 pessoas ficaram feridas.

O acidente ocorreu por volta das 8h54 locais (4h54 em Brasília) entre os municípios de Los Yébenes e Urda. Segundo os serviços de emergência, um trem da Renfe, operadora ferroviária estatal, colidiu com outro da empresa privada Iryo, nas proximidades da estação de Urda, que estava parado na via.

As imagens do acidente mostram os dois comboios, um vermelho e outro branco, parcialmente descarrilhados, com vagões tombados.

Dois deles caíram por um barranco. A circulação ferroviária entre Madri e a Andaluzia foi suspensa.

O trem da Renfe havia partido de Madri às 8h com destino a Sevilha. Segundo o governolocal, 544 pessoas viajavam nas duas composições 147 pessoas no trem da Iryo e 397 no da Renfe. As circunstâncias do acidente ainda estão sendo investigadas.

Esse é um dos piores da história ferroviária da Espanha desde os anos 1970, e ocorre apenas nove meses após outra colisão entre dois trens em Adamuz, na província de Córdoba, que matou 46 pessoas.

Uma passageira do trem da Iryo disse à rádio Cadena SER que sentiu um forte impacto que a arremessou para a frente, levando-a inicialmente a pensar que o trem havia feito uma parada de emergência.

Folhapress

Partido de Netanyahu acusa siglas árabes de roubarem eleição e exige investigação



O partido do primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, acusa os partidos árabes do país de terem "roubado" as eleições desta terça-feira (27), e exige investigação de fraude eleitoral. "As eleições no Estado de Israel foram roubadas por partidos árabes que apoiam o terrorismo e a aniquilação do Estado judeu por meio de graves atos criminosos de corrupção, ameaças, violência, falsificações e o uso de software proibido para encorajar eleitores a votar", afirmou o partido em um comunicado nesta quarta-feira (28).

O partido governista afirma, no comunicado, que entregou à polícia, ao comitê

eleitoral e o Shin Bet (agência de segurança interna), "centenas de testemunhos" e suposta evidência de violência contra equipes de seções eleitorais, compra de voto e votos duplicados, entre outras acusações. Mais cedo, um funcionário do comitê eleitoral rejeitou denúncias de fraude na eleição.

Até o começo da tarde no horário de Brasília, com mais de 85% das urnas apuradas, o Likud tem o maior número de cadeiras no Knesset, o Parlamento israelense, e o bloco de Netanyahu agrega o maior conjunto de assentos, 53, ainda abaixo da maioria de 61 parlamentares que garante um governo majoritário.

O bloco de oposição tem 48, e o conjunto de legendas árabes marca 19 assentos, o que faz desse grupo, profundamente anti-Netanyahu, mas ainda sem uma aliança consolidada com a oposição de siglas sionistas, o provável fiel da balança no pleito.

Após concluída a apuração dos votos, o presidente do país, Isaac Herzog, consulta os partidos do Knesset e convida algum dos parlamentares a tentar formar um governo. Isso significa que não necessariamente o bloco majoritário ou partido com mais votos formará o próximo governo, uma incerteza que se aprofunda em um cenário sem um grupo com maioria consolidada.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

CNI reduz previsão de crescimento do PIB para 1,6% em 2026



A Confederação Nacional da Indústria reduziu de 2% para 1,6% a projeção de crescimento da economia brasileira em 2026. Segundo o Informe Conjuntural do terceiro trimestre, divulgado nesta quarta-feira (28), a revisão reflete o desempenho mais fraco esperado para a indústria de transformação e o setor de serviços.

A agropecuária, por outro lado, teve sua estimativa de crescimento revisada para cima. Segundo a entidade, os juros elevados e a desaceleração da demanda interna continuam pressionando a produção.

PIB: crescimento de 1,6% em 2026, ante previsão anterior de 2%;

Indústria: alta de 1,3%, contra 2% estimados anteriormente;

Indústria de transformação: retração de 0,7%;

Serviços: crescimento de 1,6%, ante 1,9%;

Agropecuária: expansão de 2,5%, acima dos 1,8% previstos anteriormente;

Inflação: projeção de 5,15% para o ano;

Selic: previsão de encerramento de 2026 em 13,25% ao ano;

Dívida pública bruta: estimativa de 83,7% do PIB.

Indústria perde força

A indústria deve sentir os efeitos da desaceleração econômica de forma mais intensa. A projeção de crescimento do setor caiu de 2% para 1,3%, principalmente devido ao desempenho negativo esperado para a indústria de transformação.

Para esse segmento, a CNI revisou a estimativa de

crescimento de 0,6% para uma queda de 0,7%. Entre os fatores que pressionam a atividade estão a redução da demanda interna, o custo elevado do crédito, o aumento dos custos de produção e a concorrência dos produtos importados.

A indústria extrativa, por sua vez, deve crescer 9,1%, enquanto a construção tem previsão de alta de 1,5%, sustentada por investimentos em infraestrutura e pela expansão do programa Minha Casa, Minha Vida.

O setor de serviços também teve a projeção reduzida, de 1,9% para 1,6%. A revisão considera a estabilidade do volume de serviços desde o fim de 2025 e a desaceleração do comércio, especialmente nos segmentos mais dependentes de crédito.

ABR

Consumo de alimentos cresce após proibição das bets no país, diz Abras

O desempenho do varejo alimentar apresentou alta de 6,5% no Brasil na semana entre os dias 05 a 11 de outubro de 2026, em relação ao mesmo período no ano anterior. As vendas de alimentos continuaram crescendo na semana seguinte, de 12 a 18 de outubro, com alta de 6,3% em relação ao mesmo período no ano anterior. Os dados são da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Segundo estudo realizado pela entidade, as duas semanas analisadas são posteriores à proibição das bets no país, com a publicação da Medida Provisória 1394/2026, no dia 25 de setembro. A Abras acredita que a decisão vem contribuindo para o aumento do consumo nos lares brasileiros. “Ao longo das semanas posteriores à MP, observa-se um crescimento no volume no consumo realizado em supermercados, especialmente na cesta de produtos essenciais, como arroz, óleo, macarrão e café. Este crescimento ocorre em todos os canais do varejo alimentar, abrangendo supermercados, atacarejos,

mercearias e demais formatos”, diz a Associação.

Segundo os dados, na primeira semana analisada os índices de crescimento foram:

Região Sul: 10,6%

Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro: 10,6%

Nordeste: 6,5%

Interior de São Paulo: 5,6%.

GrandeRio de Janeiro: 4%

Centro-Oeste 3,6%

Grande São Paulo (1,2%).

Na segunda semana, os índices de crescimento registrados foram:

Região Sul: 9%,

Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro: 7,1%

GrandeRio de Janeiro: 6%

Interior de São Paulo: 5,6%

Grande SP: 5,5%,

Nordeste: 4,5%

Centro-Oeste: 3,5%.

“Estes números têm forte relação com dados públicos do Banco Central do Brasil que mostram uma redução imediata de 10% no número de transações em PIX no país quando as bets foram proibidas; atualmente, esse número está em 7%”, finaliza a Abras.

ABR

Estados aprovam alta do ICMS sobre combustíveis e pressionam preços em 2027



Em meio à pressão sobre os preços dos combustíveis provocada pela guerra no Irã, os governos estaduais aprovaram nesta terça-feira (27) aumento nas alíquotas de ICMS sobre os combustíveis para 2027, que impactará o preço final de gasolina, diesel e gás de cozinha.

A alta será de R\$ 0,07 (4,5%) por litro de gasolina, R\$ 0,13 (11,1%) por litro de diesel e R\$ 0,91 (4,8%) por botijão de 13 quilos de gás de cozinha. Os novos valores foram aprovados pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e passam a vigorar no primeiro dia de fevereiro de 2027.

Os estados afirmam que a alta respeita metodologia estabelecida pela lei complementar 192/2022, que implantou novo modelo de

cobrança do ICMS sobre os combustíveis, com alíquotas em reais por litro e uniformes em todo o país.

A metodologia considera os preços médios mensais dos combustíveis divulgados pela ANP (no período de fevereiro a setembro de 2026, em comparação com o mesmo período de 2025).

O período pesquisado em 2026, porém, coincide com a escalada de preços provocada pelo conflito no Oriente Médio -os primeiros ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã ocorreram no dia 28 de fevereiro. Desde então, a cotação do petróleo Brent subiu mais de 50%.

Antes da guerra, os preços dos combustíveis vinham em tendência de queda, diante da sobreoferta de petróleo no mercado mundial. Com o fechamento

do estreito de Hormuz, o cenário virou. A situação ficou pior com o início de ataques ucranianos a refinarias russas.

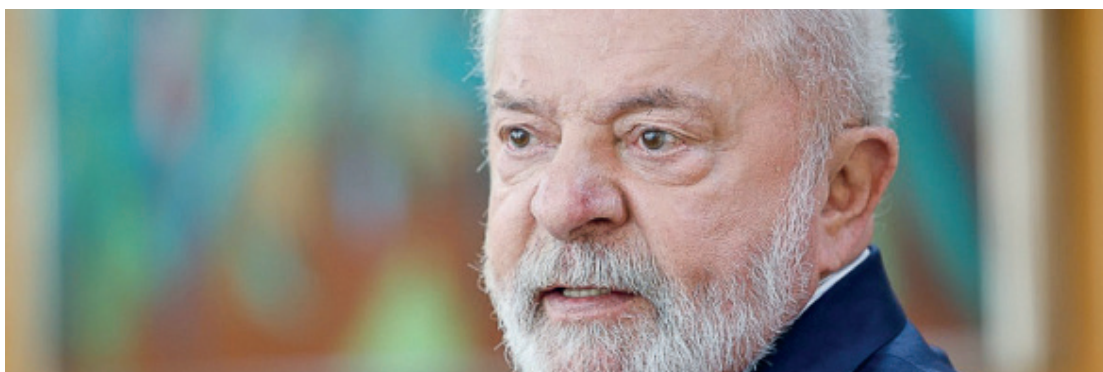
Desde o início da guerra, o governo federal vem concedendo subsídios e isenções de impostos sobre o diesel, principalmente, e sobre a gasolina. Governos estaduais rejeitaram proposta do presidente Lula (PT) para reduzir o ICMS e participaram dos subsídios por dois meses.

No comunicado divulgado nesta quarta, o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal) diz que os estados vão estudar uma proposta para reduzir o impacto no diesel, mas sem detalhes.

Folhapress

POLÍTICA

Governo Lula prioriza Orçamento e PEC da Segurança em agenda no Congresso até o fim do ano



O governo do presidente Lula, agora reeleito, tem duas prioridades em sua agenda legislativa até o fim do ano: a aprovação da PEC da Segurança Pública e a discussão do Orçamento de 2027.

O petista tem uma janela até o fim de dezembro para negociar com a atual formação do Congresso a partir do ano que vem, Câmara e Senado terão composição ainda mais à direita e hostil ao chefe do governo.

A PEC da Segurança Pública aumenta as responsabilidades e os poderes da União nessa área, atualmente sob a batuta dos governos estaduais. Lula tem condicionado à aprovação desse projeto a criação do Ministério da Segurança Pública pasta que ele tinha

prometido na eleição de 2022 e mencionou diversas vezes na campanha deste ano, mas que ainda não tirou do papel.

O presidente costuma dizer que não adianta criar o ministério enquanto a Constituição não der ao governo federal maiores atribuições na área. Também afirma que é necessário designar um orçamento robusto para ela.

A segurança pública, uma das principais preocupações da população, é um tema no qual a esquerda tem dificuldade histórica. Foi também um dos flancos de Lula na eleição que ele acaba de vencer.

Petistas acreditam que uma resolução de problemas da segurança pública poderá dar a Lula um legado numa nova seara. O grupo acredita que o presidente

já consolidou sua atuação na área de políticas sociais, e precisa de uma nova plataforma para fazer um sucessor. A PEC, que já foi aprovada pela Câmara, chegou a entrar em discussão no Senado antes do segundo turno da eleição. Travou porque o governo queria que o projeto fosse cancelado sem alterações para poder entrar logo em vigor.

Opositores tentaram incluir no projeto uma redução na maioridade penal para 14 anos. Lula fez uma inflexão em sua posição histórica e aceitou discutir uma redução para 16 anos em casos de crimes hediondos, mas quer que o tema seja debatido em outro projeto para que a PEC da Segurança Pública seja promulgada mais rapidamente.

Folhapress

Em carta divulgada por aliados, Flávio Bolsonaro se diz presidente eleito do Brasil após chegar aos EUA fugido

O senador Flávio Bolsonaro se disse "presidente eleito" do Brasil após fugir para os Estados Unidos nesta quarta-feira (28), segundo carta divulgada por seus aliados e atribuída ao candidato do PL derrotado nas urnas para Lula (PT) no último domingo (25).

"Dirijo-me ao povo brasileiro e à comunidade internacional como o verdadeiro presidente eleito do Brasil", afirmou, segundo comunicado distribuído oficialmente por aliados da família Bolsonaro nos EUA, entre eles o comentarista político Paulo Figueiredo e o ex-policial militar André Porciuncula.

Segundo a carta, o senador anuncia que pretende liderar a oposição brasileira do exterior e volta a dizer, sem provas, que houve fraude na eleição de domingo, além de criticar o STF (Supremo Tribunal Federal) e agradecer ao presidente americano, Donald Trump, por acolher sua família no

país.

Flávio desembarcou em Miami nesta quarta após deixar o Brasil pela fronteira com a Argentina e embarcar em um avião privado que fez escala no Equador. A viagem ocorreu depois de o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinar a entrega de seus passaportes no âmbito de uma investigação por suspeita de lavagem de dinheiro. O senador nega irregularidades.

A declaração golpista representa uma reviravolta, já que o senador afirmou, na véspera, que desistiria de anular a eleição e que não iria fugir do país. Integrantes da cúpula da campanha afirmam que tentaram convencê-lo, na segunda, a recuar da declaração do domingo, de que não aceitaria a derrota nas urnas.

Aparentemente, na segunda, Flávio havia seguido o conselho dos aliados mais moderados, que se disseram surpresos com a fuga para os Estados Unidos.

Folhapress

Flávio Bolsonaro e família desembarcam em Miami após fuga do Brasil



O senador Flávio Bolsonaro pôs-se em Miami, nos Estados Unidos, nesta quarta-feira (28), às 10h23 no horário de Brasília. A aeronave utilizada por ele saiu da Argentina na noite de terça (27) e fez escala em Guayaquil, no Equador.

O Gulfstream G400, matrícula LV-JQW, operado pela empresa argentina Baires Fly S.A., aterrissou no Aeroporto Executivo de Miami-Opa Locka. Flávio, sua mulher e suas duas filhas desembarcaram da aeronave minutos depois do pouso.

O senador, a mulher, Fernanda, e as duas filhas entraram na Argentina às 22h50 de terça pela Ponte Internacional Tancredo Neves, na província de Misiones, segundo a Direção Nacional de Migrações do

país. Ele usou um passaporte italiano, e as três, documentos brasileiros.

Os quatro não passaram por posto de controle da Polícia Federal ao deixar o Brasil, já que não há essa exigência para a saída de brasileiros por fronteira seca.

De acordo com as autoridades argentinas, a família teria embarcado pouco depois, às 23h30, em um voo privado da Baires Fly com destino a Guayaquil. Segundo o piloto Mauro Mattosinho, trata-se do mesmo avião em cuja lista de passageiros constaria o nome de Flávio na véspera.

O piloto afirma que o senador não apareceu no horário previsto para o embarque e que a aeronave permaneceu na pista até cerca de 0h20 de quarta, quando decolou.

O Gulfstream tem autonomia para chegar aos Estados Unidos em rota direta para o norte, mas teria feito um trajeto alternativo, que evita o espaço aéreo brasileiro e consome mais combustível. O avião pousou no Equador pouco antes das 6h e, por volta das 8h30, já sobrevoava o Panamá rumo à Flórida.

Paulo Figueiredo, aliado da família Bolsonaro, afirmou nesta quarta que Flávio dará entrevista coletiva em Miami na quinta (29). "Tenho visto muitas notícias falsas e desconstruídas na imprensa nas últimas horas. Algumas, atribuídas inclusive a autoridades estrangeiras. O que posso dizer neste momento é que @FlavioBolsonaro está bem, em segurança e descansando com a família", declarou.

MEIO AMBIENTE

Super-ricos geram mais poluição e lucram com desastres climáticos



A parcela de 0,1% mais ricos da população mundial - 8 milhões de pessoas - gera mais poluição por carbono do que os 3,5 bilhões de pessoas mais pobres.

Os super-ricos impulsionam o colapso climático por meio de emissões desproporcionais, enquanto conseguem se proteger das consequências e ainda lucram a partir da destruição. Por outro lado, as pessoas em maior vulnerabilidade sofrem os piores impactos, como casas e plantações destruídas por enchentes ou incêndios, além de meios de subsistência perdidos e fome.

A conclusão é de um relatório produzido pela Oxfam, publicado antes da conferência climática da ONU (COP31), na Turquia, que será realizada de 9 a 20

de novembro de 2026.

“A crise climática é frequentemente descrita como um desafio humano compartilhado. Mas não é. Aqueles que menos contribuíram para causá-la estão perdendo suas casas, suas colheitas e, cada vez mais, suas vidas”, afirmou Amitabh Behar, diretor executivo internacional da Oxfam, em nota.

Uma pessoa pertencente aos 0,1% mais ricos contribuiu quase 400 vezes mais para as atuais ondas de calor extremo do que alguém que faz parte dos 50% mais pobres, segundo dados reunidos no estudo.

Análise da Oxfam indica que apenas um ano de emissões dos 1% mais ricos causará 1,9 milhão de mortes adicionais relacionadas ao calor. Dessas, 78% vão ocorrer em países de renda

baixa e média-baixa, ainda que esses países sejam responsáveis por apenas 8% das emissões globais.

“Enquanto isso, os super-ricos podem comprar sua segurança, refugiando-se em bunkers subterrâneos de alta tecnologia, contratando equipes privadas de combate a incêndios e adquirindo seguros privados, além de lucrarem ativamente com as consequências da poluição que geram”, acrescentou Behar.

Além disso, o relatório aponta que as emissões dos 1% mais ricos causarão quase US\$53 trilhões em danos econômicos até 2050. Até essa data, há ainda a estimativa de que até 1 bilhão de pessoas possam ser deslocadas pela crise climática, sendo a maioria no Sul Global.

ABR

Governo libera R\$ 68,6 milhões para combater incêndios e seca no Norte

O Governo Federal informou nesta quarta-feira (28) que liberou R\$ 68,6 milhões para ações de combate a incêndios em estados da Região Norte. Os recursos, enviados para o Amazonas, Pará e Acre, também se destinam ao combate à estiagem e à seca.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) informou ainda que enviou técnicos da Defesa Civil Nacional para os estados. Eles vão auxiliar, especialmente os municípios amazonenses e paraenses, nos processos de solicitação federal de situação de emergência e de liberação de recursos para assistência humanitária.

Cidades com reconhecimento federal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública podem solicitar ao MIDR recursos para ações de defesa civil. Até o momento, o ministério aprovou para o Amazonas 47 planos de

trabalho, somando R\$ 45,2 milhões. O estado tem 48 municípios com reconhecimento federal de situação de emergência vigente.

“Algumas cidades foram contempladas com mais de um decreto, resultando em 66 reconhecimentos, sendo 29 em razão da estiagem e 37 por causa dos incêndios”, disse o MIDR.

O Pará recebeu R\$ 3,9 milhões, resultantes da aprovação de seis planos. Ao todo, 24 municípios estão reconhecidos com situação de emergência. Algumas cidades paraenses também foram contempladas com mais de um decreto, somando 28 reconhecimentos, sendo 16 em função das queimadas e o restante devido à falta de chuva.

Já o Acre recebeu R\$ 19,3 milhões para o enfrentamento da seca, após a aprovação de 15 planos de trabalho. No total, 22 cidades estão em situação de emergência no estado.

ABR

Amazônia e Cerrado evitaram emissões equivalentes às do Japão



O ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, afirmou que avanços no combate ao desmatamento evitaram que os impactos dos recentes incêndios florestais fossem maiores.

De acordo com ele, de julho de 2025 até o mesmo mês de 2026, a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado evitaram emissões equivalentes às que são emitidas pelo Japão em um ano.

Ao participar do programa Bom Dia Ministro, no CanalGov, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Capobianco voltou a destacar o recorde na queda do desmatamento de 41,8% na Amazônia, a menor desde 1988, e de 23,8% no Cerrado.

“O desmatamento caiu em todos os seis biomas brasileiros. Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata

Atlântica, Caatinga e Pampa tiveram redução do desmatamento em 2025”, reforça o ministro.

Os dados citados pelo o ministro são os números oficiais registrados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento por Satélite (Prodes) e divulgados no último dia 16.

“Não haverá fumaça suficiente para encobrir esse resultado excepcional que a sociedade brasileira conseguiu”, destacou Capobianco, ao fazer uma relação com as recentes ondas de incêndios florestais nos estados do Amazonas, que avançaram sobre a divisa com o estado do Pará e ainda afetam a região oeste do estado vizinho.

Segundo o ministro, os esforços conjuntos dos governos federal, estaduais e municipais resultaram na contenção dos focos de calor no Amazonas. No estado do Pará, as ações ainda estão em curso, mas

já extinguiram 361 grandes incêndios florestais, com centenas de focos de calor.

“A Casa Civil convocou a sala de situação para tratar especificamente do Pará, já que já tínhamos tratado o Amazonas”, explicou.

Capobianco voltou a destacar que as Polícias Federal, Rodoviária Federal e forças de segurança local investigam a origem dos incêndios florestais, mas há indícios de ação humana. E uma coincidência com o período eleitoral.

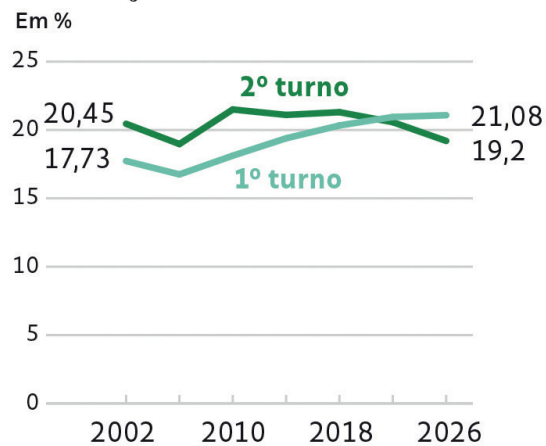
“A partir do primeiro turno, quando tivemos o quadro que todos já conhecem, multiplicaram exponencialmente os focos de calor e os eventos de incêndio, então, há uma correlação. Mas, se isso foi uma coincidência ou se foi proposital em uma expectativa de impunidade futura, quem vai dizer para nós é a Polícia Federal”, diz.

ABR

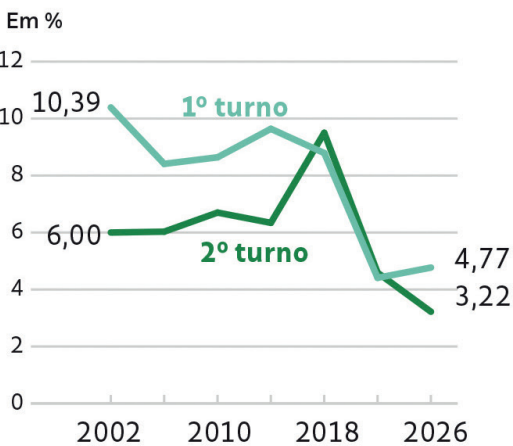
ELEIÇÕES - 2026

Abstenção tem queda recorde no 2º turno das eleições

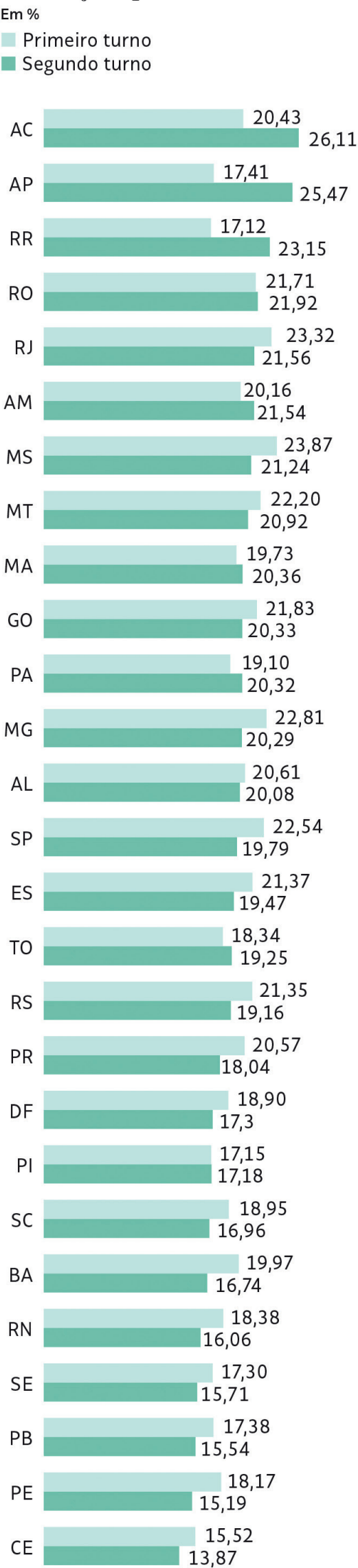
Abstenções



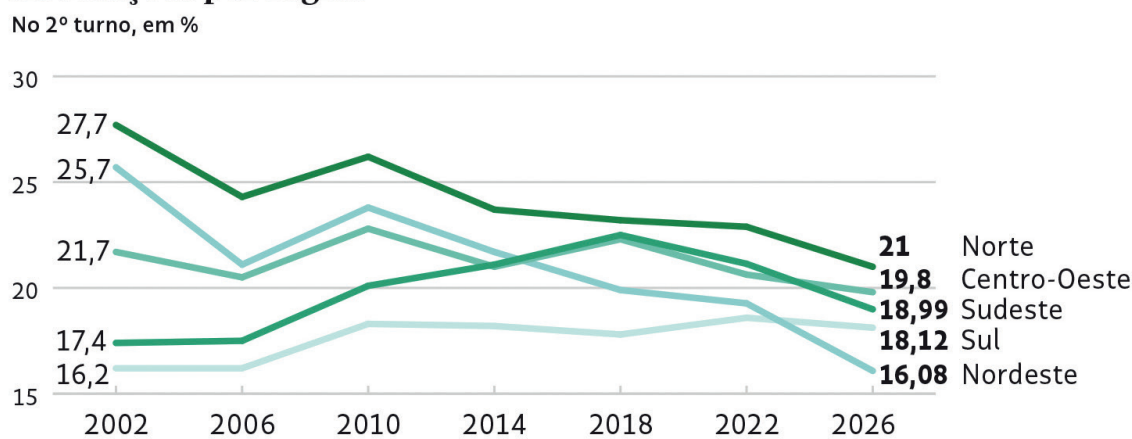
Branco e nulos*



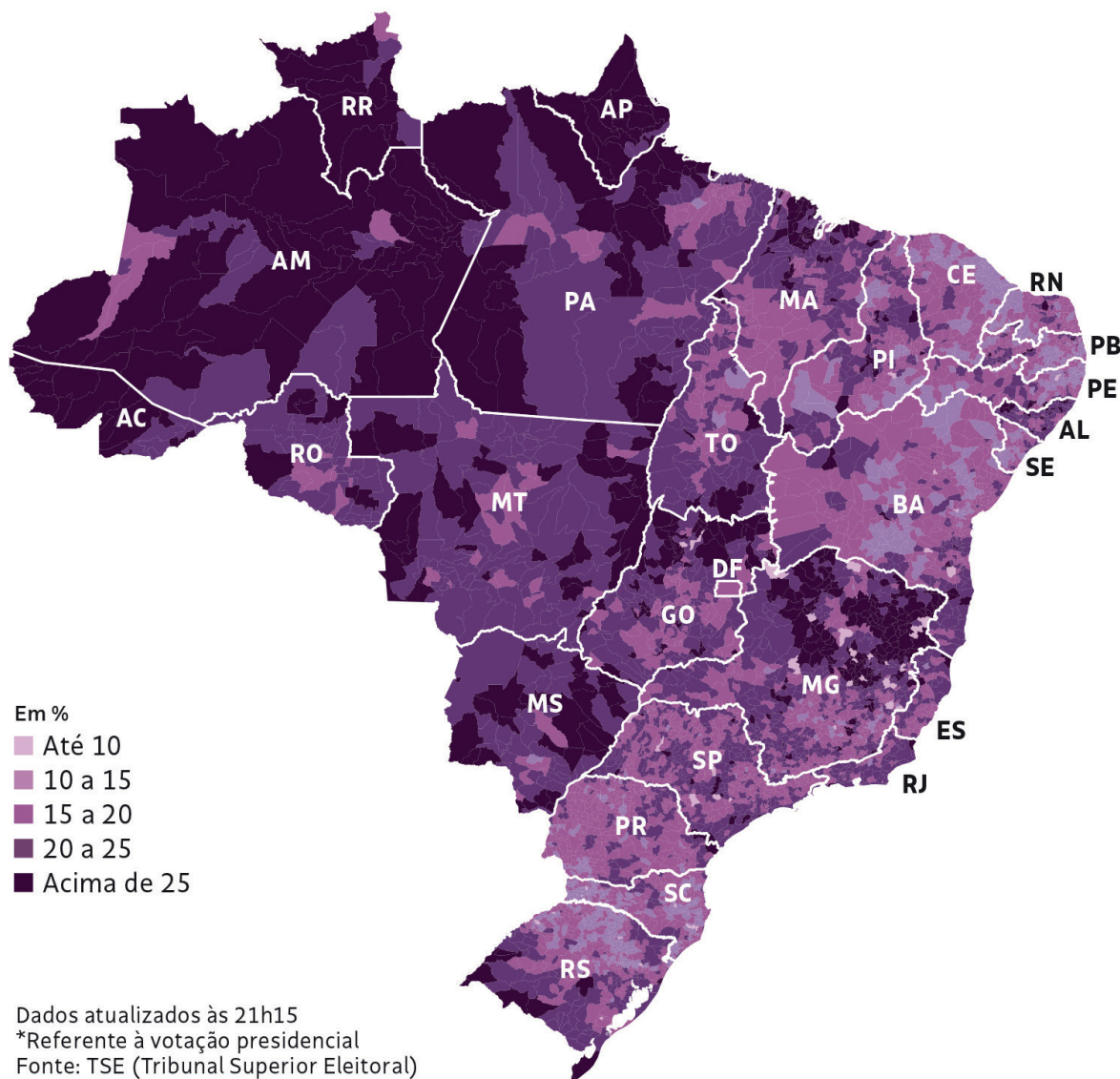
Abstenções por estado em 2026



Abstenções por região



Abstenções por município no 2º turno



Dados atualizados às 21h15
*Referente à votação presidencial
Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

NEGÓCIOS

Novo CEO afirma que Heineken precisa melhorar, mesmo com alta de vendas



A Heineken precisa de maior responsabilização e de uma cultura de desempenho mais sólida para alcançar um crescimento consistente, afirmou o presidente-executivo Rafael Oliveira nesta quarta-feira, em sua primeira declaração desde que assumiu o comando da cervejaria holandesa neste mês.

Oliveira sucedeu Dolf van den Brink, que renunciou inesperadamente em janeiro, poucos meses após divulgar uma estratégia renovada e novas metas para a segunda maior cervejaria do mundo, deixando um ponto de interrogação sobre seus planos.

A fabricante das marcas Heineken, Tiger e Sol registrou um crescimento de mais de 4% tanto na

receita quanto nos volumes no terceiro trimestre, superando confortavelmente as previsões dos analistas, impulsionada pela forte demanda na Ásia.

Mas Oliveira, que enfrenta pressão dos investidores para acelerar o crescimento das vendas, melhorar a eficiência e aumentar os retornos, disse que a empresa nem sempre estava aproveitando as oportunidades de crescimento ou conquistando clientes quando deveria.

"Há mais a ser feito para aprimorar a execução, acelerar o ritmo e construir uma cultura de desempenho mais sólida, com maior responsabilização em toda a empresa", disse ele em comunicado, acrescentando que suas primeiras impressões tinham sido positivas no geral.

Oliveira disse que apresentaria seus planos para a Heineken com mais detalhes quando a empresa divulgar os resultados do ano inteiro, em fevereiro.

Analistas esperavam um crescimento orgânico de volume de 2,9% e um crescimento da receita de 3,5%.

A cervejaria superou as expectativas em grande parte devido a um forte desempenho na Ásia-Pacífico, onde os volumes aumentaram 17,3%, impulsionados pelo crescimento no Vietnã e na Índia.

A Heineken também afirmou que o crescimento foi impulsionado por suas principais marcas globais e prioridades estratégicas, incluindo cervejas com baixo teor alcoólico ou sem álcool e produtos premium.

CNN

Justiça de São Paulo aceita pedido de recuperação judicial da Marabraz

A Justiça de São Paulo aceitou o pedido de recuperação judicial da Marabraz, conhecida pela atuação no segmento de móveis e eletrodomésticos. As dívidas da companhia somam R\$ 140,2 milhões.

Ao CNN Money, a rede varejista confirmou que a Justiça aceitou o pedido, protocolado em agosto de 2026, em caráter de urgência, na 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Estado de São Paulo, por meio do escritório Campana Pacca.

A petição mostrava que, para além dos efeitos da alta persistente do juro, os problemas da Marabraz derivam ainda de disputas societárias e familiares.

A rede ressalta que esta é uma etapa importante para sua reorganização financeira, preservação das

atividades, manutenção de empregos e pagamento de credores.

"A empresa informa que cumprirá as determinações judiciais e apresentará seu plano de recuperação no prazo legal estabelecido, buscando uma solução sustentável para a continuidade dos negócios e manutenção de seu compromisso com a transparência e o diálogo com colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros", diz em nota.

Pelos parâmetros estabelecidos, a Marabraz tem 15 dias para entregar documentos solicitados pela Justiça.

Além disso, terá stay period de 180 dias, período no qual ficam suspensas todas as execuções, ações de cobrança e constrições de bens contra a empresa em recuperação judicial.

CNN



Santander Brasil vê cenário macro desafiador, diz CEO



O presidente-executivo do Santander Brasil, Gilson Finkelsztain, afirmou nesta quarta-feira (28) que o banco trabalhará para melhorar a sua rentabilidade após um resultado abaixo do que busca no terceiro trimestre, enquanto destacou um cenário macroeconômico ainda desafiador, principalmente pelo nível elevado de taxas de juros.

"O banco já avançou na direção de uma carteira com clientes de melhor qualidade e de uma relação melhor, mais equilibrada entre risco, retorno e uso de

capital", afirmou o executivo em videoconferência com analistas sobre o balanço divulgado mais cedo.

"Esse movimento permanece como parte central da nossa estratégia."

"Principalidade, transacionalidade e melhoria da composição do balanço permanecem como pilares da estratégia do banco. O próximo passo, obviamente, é converter essa base em uma recuperação gradual e sustentável da rentabilidade, com muita consistência na execução", afirmou.

No terceiro trimestre, o Santander Brasil teve

lucro líquido recorrente de R\$ 2,89 bilhões, queda de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o ROAE (retorno sobre o patrimônio médio) do banco ficou em 11,9%, queda de 5,6 pontos percentuais ano a ano e 0,6 ponto na base trimestral.

Na bolsa paulista, por volta de 11h, as units do banco recuavam 5,14%, a R\$ 24,54, em pregão negativo para o setor como um todo. O Ibovespa, principal referência do mercado acionário brasileiro, caía 2,31%.

CNN